



# Análise Orçamentária de Políticas Públicas: experiências da Câmara dos Deputados"

Ricardo Volpe - Diretor Adjunto da CONOF/CD

## **AVALIAR:** forma de mensurar ou atribuir valor da política

- ✓ determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade (OCDE)
- ✓ mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (Ala-Harja e Helgason)
- ✓ “avaliação ainda não logrou um papel significativo ou estratégico dentro do trabalho de desenhar e implementar estratégias, programas ou projetos” (Mokate)

## **AVALIAR:** forma de mensurar ou atribuir valor da política

- ✓ “...apesar do reconhecimento da avaliação como importante ferramenta, ela não se converteu em um processo indispensável que tome parte do processo de gestão (Cotta e Garcia)
- ✓ avaliação de políticas públicas é o conjunto de procedimentos técnicos para produzir informação e conhecimento para o desenho, implementação e validação ex-post (Jannuzzi)
- ✓ avaliação de políticas públicas sob a ótica orçamentária tem como objetivo principal fornecer subsídios para a boa alocação de recursos no orçamento, visando aprimorar a qualidade do gasto público (Oliveira, Sertã e Piletti)

# A necessidade de avaliação de programas se mantém e tende a crescer!

## Papel de destaque nas reformas do setor público



# FINALIDADES DA AVALIAÇÃO: políticas, programas e projetos

## ✓ **Accountability** (responsabilidade, ética e transparência):

- estabelecer elementos para julgar e aprovar decisões, ações e seus resultados (centro de governo: servidores e políticos)

## ✓ **Propor algo:**

- melhorarias e desenvolvimento da intervenção estatal na realidade

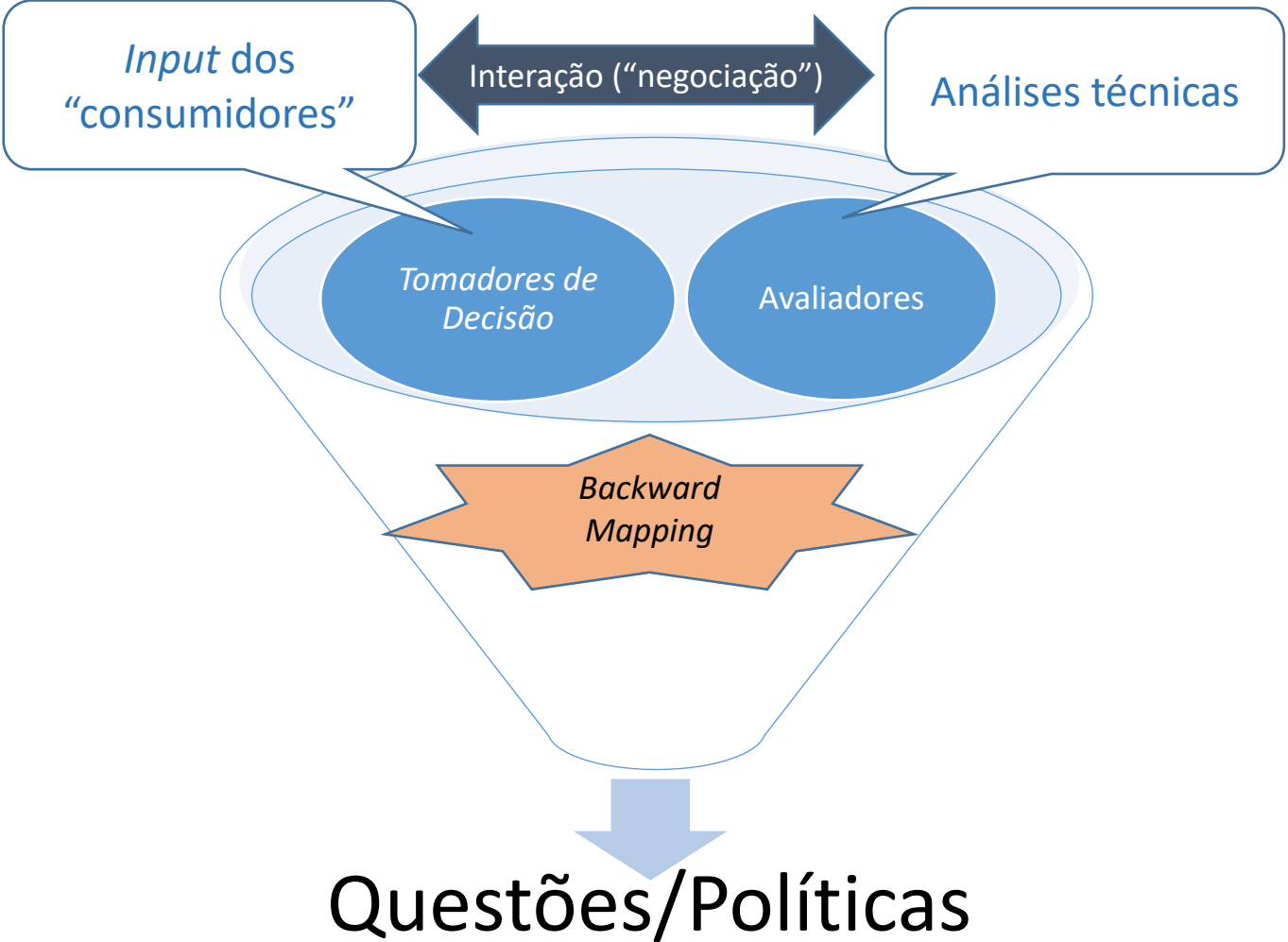
## ✓ **Legitimar:**

- democratização da atividade pública e incorporação de demandas e de grupos sociais

## ✓ **Fortalecimento Institucional:**

- Aprendizado, retroalimentação e fortalecimento institucional

**TEORIA  
DO PROGRAMA**



## SISTEMA DE AVALIAÇÃO: “arranjo institucional”

- ✓ **Avaliação ex ante**: guia prático / lista de critérios, metas e indicadores
  - conexão PPA e com Planos Setorial e Nacional
- **Formulação** e inserção do problema na agenda para **tomada de decisão**: alternativas, riscos, limitações, benefícios (imediatos, médio e longo prazo), custos (LRF - no exercício + 2 e **ideal - horizonte de até 10 anos**), **demanda ou ganho estimado e potencial (*base line*)**, sustentabilidade e arranjos institucionais (**Executivo**)
- **Legitimação e discussão** com “stakeholders”, debates dos instrumentos e das medidas legislativas, **transparência da avaliação**, “dar luz” às estimativas dos custos, impactos e benefícios da política e contrapor a proposta (**Legislativo e sociedade**)
- Vide Reforma da Previdência e Novo Fundeb

# SISTEMA DE AVALIAÇÃO: “arranjo institucional”

## ✓ Avaliação intermediária:

- Implementação, gestão e desenvolvimento do programa, gerenciamento de riscos e de resultados, revisões, transparência e controle social (**Executivo**)
- Acompanhamento e fiscalização: (**Legislativo, TCU e sociedade**)

## ✓ Avaliação ex post: “*feedback*”

- Avaliação política e o julgamento geral do programa: eficácia, resultados X objetivos (**Executivo e Legislativo**)
- **Instrumentos:** contas do governo, relatórios de avaliação dos programas/setores, achados de fiscalizações e meta avaliações, revisões (“*spending review*” )
- vide Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Federais de Natureza Tributária (PL 3203/2021), conforme EC 109/21

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2178806> )



# Como fazer “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- Relevância: Value For Money de programas ou de políticas públicas
- Produzir evidências, compilar dados e sistematizar estudos que contribuam para o aperfeiçoamento das políticas (documentos)
- documento-síntese em linguagem orçamentária, de forma a subsidiar os atores relevantes (CMO, Relatores, Comissões Permanentes, parlamentares-chave). Vide Notas, Monitor Fiscal, Raio X, Orçamento em Foco
- Promover debates e discussões (seminários, audiências públicas)

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “intermediária/ ex post”: 15 e 16 /10/2014** Seminário “Previdência Social Brasileira: Desafios para a Garantia de Proteção Social com Sustentabilidade”

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/noticias/seminario-da-previdencia-social-brasileira-outubro-de-2014>

- **Antecipação da Discussão da Reforma da Previdência (ECL Nº 103, DE 12/11/2019)**

**Notícia: “Promovido pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, o evento vai discutir a sustentabilidade dos regimes previdenciários no contexto de envelhecimento populacional, da proteção a idosos e pessoas com deficiência, do alto nível de aposentadorias por invalidez e da pressão social pelo fim do fator previdenciário”**

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “ex post”:** 10/09/2015 “primeiro *spending review*” da CMO Alternativas para o Ajuste Fiscal - 47 Medidas para redução do déficit no PLOA 2016: Emergenciais e de Longo Prazo <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2015/estc03-2015>
- ofereceu subsídios e alternativas para reduzir o déficit: do orçamento de 2016 e outras de ordem estrutural com efeito de longo prazo.
- 17 medidas emergenciais e 30 medidas estruturais (indicando as medidas legislativas que subsidiaram as decisões políticas). Ajuste fiscal sob a ótica da redução das despesas orçamentárias: discricionárias (diárias, passagens, locação) ou obrigatórias (auxílio moradia, subsídios, previdência, seguro defeso, auxílio doença)

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “ex ante”: 08/2016** Teto de Gastos – PEC 241/16 Subsídios à discussão e ao Substitutivo do Teto de Gastos/Novo Regime Fiscal
- [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/EstudoTcnicon122016versao21ago\\_publicado.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/EstudoTcnicon122016versao21ago_publicado.pdf)
- <https://www.youtube.com/watch?v=DJTZLxbE5b0>
- **Subsídios à revisão orçamentária e do Teto de gastos (2019 – 21)**
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2018/et-25-2018-projecoes-orcamentarias-cenarios-para-2019-2023-no-contexto-de-tetos-de-gastos>
- [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/estudo-tecnico\\_35\\_conof\\_cd\\_previdencia-e-teto-gastos-final-1](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2020/estudo-tecnico_35_conof_cd_previdencia-e-teto-gastos-final-1)
- <https://oglobo.globo.com/economia/consultoria-da-camara-apresenta-proposta-de-mudanca-no-teto-de-gastos-24827963>  
<https://valor.globo.com/brasil/coluna/consultores-sugerem-flexibilizar-teto-em-4-anos.ghtml>

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “ex ante/post”**: 09/2017 Universalização, Qualidade e Equidade na Alocação de Recursos do FUNDEB: Proposta de Aprimoramento para a Implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ)
- <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-015-15-torna-permanente-o-fundeb-educacao/documentos/outros-documentos/estudo-da-consultoria-de-orcamento-da-camara-dos-deputados>
- [https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/et-15\\_2021-complementacao\\_vaat\\_fundeb-2021-v2](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/et-15_2021-complementacao_vaat_fundeb-2021-v2)
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/et-24-2017-univers-qualidade-equidade-fundeb>
- [https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/financiamento\\_da\\_educacao/custo\\_aluno\\_qualidade\\_caq.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/financiamento_da_educacao/custo_aluno_qualidade_caq.pdf)

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “ex post”**: 10/2017 Programa Minha Casa Minha Vida: subsídios para avaliação os planos e orçamentos da política pública

[https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/Est\\_Tec\\_Conj\\_20171016\\_PMCMV.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/Est_Tec_Conj_20171016_PMCMV.pdf)

Informativo MCMV: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/533710>

66º Fórum Nacional de Habitação e Interesse Social 21-23/08/2019 [https://www.sympla.com.br/66-](https://www.sympla.com.br/66-forum-nacional-de-habitacao-e-interesse-social_452495)

[forum-nacional-de-habitacao-e-interesse-social\\_452495](https://www.sympla.com.br/66-forum-nacional-de-habitacao-e-interesse-social_452495)

- **Avaliação “ex post”**: 09/2017 Seguro Rural

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/et25-2017-seguro-rural>

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

## - **Avaliação: 2018 e 2019**

- PEC 439/18 (junho 2018) controle das despesas obrigatórias para o cumprimento da Regra de Ouro e aprimora o regime fiscal atual, cria ainda o Spending Review
- PEC 186/19 PEC Emergencial / Pacto Federativo
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2019/estudo-tecnico-50-2019-pec-186-2019xpec-439-2018--dia-03-dezembro-revisao-final>
- <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/nota-tecnica-7-2021-pec-186-auxilio-emergencial-2021-02-03-versao-preliminar>

# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação 09/2021** Pec dos Precatórios - PEC 23/2021 – Subsídios à discussão e levantamento de informações e de cenários

[https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/copy\\_of\\_NT50\\_PEC23.pdf](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/copy_of_NT50_PEC23.pdf)

[https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/nota-informativa-pec-23-aprovada-sf\\_-versao-final](https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/nota-informativa-pec-23-aprovada-sf_-versao-final)

## Audiência Pública no Senado

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=22275>

## Matérias

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/11/16/pec-cria-bola-de-neve-de-r-580-bi-em-precatrios-no-pagos-estima-consultoria-da-cmara.ghtml>

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/pec-cria-bola-de-neve-de-r-580-bi-em-precatorios-nao-pagos-estima-consultoria-da-camara.shtml>



# Experiências de “avaliação orçamentária” no Legislativo?

- **Avaliação “intermediária e ex post”: 2018 e 2019** Observatório da Intervenção Federal no Rio de Janeiro

<http://olerj.camara.leg.br/estudos-e-pesquisas>

[http://olerj.camara.leg.br/estudos-e-pesquisas/EstudoTecnico11\\_2018SeguranaPblica2018.pdf](http://olerj.camara.leg.br/estudos-e-pesquisas/EstudoTecnico11_2018SeguranaPblica2018.pdf)

A crise na segurança pública brasileira e a intervenção federal no rio de janeiro: aspectos fiscais e estruturais



# Anexos

- Fundeb
- MCMV
- Plano de Intervenção do RJ
- Pronatec



# Fundeb

# NOVO FUNDEB – Visão Geral

## 27 FUNDOS NO ÂMBITO DOS ESTADOS E DF

- **Receitas integrantes:** 20% de uma cesta de impostos de arrecadação própria de Estados e Municípios e por repartição de receitas;
  - ❖ *FPE, FPM, IPI-exp, ICMS, IPVA, ITCMD, ITR;*
  - ❖ *Subvinculação do piso constitucional (aplicação de 25% de impostos) de Estados e Municípios em educação;*
- **Distribuição intraestadual:** proporcionalmente ao número de matrículas ponderadas;
- **Complementação da União:** assegura, nacionalmente, valor/aluno mínimo (função redistributiva e supletiva, art. 211, §1º, da CF);

# NOVO FUNDEB

## FUNDEB: PONDERADORES DE MATRÍCULAS

- ❖ *Ajusta a demanda a ser atendida* pelas redes de ensino em função de suas características (matrículas equivalentes);
- ❖ Permite *diferenciação de valor/aluno* na distribuição de recursos dentro da rede de ensino;

<b>FUNDEB 2007-2020</b>	<b>NOVO FUNDEB</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fatores de ponderação de <b>etapas, modalidades, duração de jornada e tipos de estabelecimento</b> de ensino:<ul style="list-style-type: none"><li>❖ <i>Anos iniciais do ensino fundamental urbano: 1,0;</i></li><li>❖ <i>Creche em tempo parcial: 1,2;</i></li><li>❖ <i>Educação especial: 1,2;</i></li><li>❖ <i>Ensino médio em tempo integral: 1,3;</i></li><li>❖ <i>Anos iniciais do ensino fundamental no campo: 1,15;</i></li></ul></li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Fatores de ponderação de <b>etapas, modalidades, duração de jornada e tipos de estabelecimento</b> de ensino:</li><li>▪ <b>Novos indicadores:</b><ul style="list-style-type: none"><li>✓ nível socioeconômico dos educandos;</li><li>✓ disponibilidade de recursos;</li><li>✓ utilização do potencial de arrecadação tributária;</li></ul></li></ul>

# NOVO FUNDEB – MECANISMO REDISTRIBUTIVO

## Equalização do valor anual/aluno (VAA)

<b>FUNDEB 2007-2020</b>	<b>NOVO FUNDEB</b>	<b>Finalidade</b>
1. Fundeb-Estados: <b>VAAF</b>	1. Fundeb-Estados: <b>VAAF(*)</b>	Equalização intraestadual: <b>VAAF-Estadual</b>
2. Complementação <b>VAAF</b>	2. Complementação <b>VAAF(*)</b>	Equalização por Estado: <b>VAAF-MIN</b>
	3. Complementação <b>VAAT</b>	Equalização por rede de ensino: <b>VAAT-MIN</b>
	4. Complementação <b>VAAR</b>	Evolução de indicadores de atendimento e aprendizagem com redução de desigualdades

(\*) *Novos indicadores e ponderadores de matrículas*

# NOVO FUNDEB – FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (2021)

<b>FONTE</b>	<b>R\$ milhão</b>	<b>%</b>
<b>FUNDEB</b>	<b>179.594,9</b>	<b>62,0</b>
<i>Contribuição de Estados e Municípios</i>	<i>160.352,5</i>	<i>55,3</i>
<i>Complementação-VAAF</i>	<i>16.035,3</i>	<i>5,5</i>
<i>Complementação-VAAT</i>	<i>3.207,1</i>	<i>1,1</i>
<b>DEMAIS</b>	<b>110.136,8</b>	<b>38,0</b>
<i>5% de impostos integrantes do Fundeb</i>	<i>40.088,1</i>	<i>13,8</i>
<i>25% de impostos não integrantes do Fundeb</i>	<i>49.124,1</i>	<i>17,0</i>
<i>Contribuição do salário-educação</i>	<i>12.554,7</i>	<i>4,3</i>
<i>Programas federais de distribuição universal</i>	<i>8.369,8</i>	<i>2,9</i>
<b>TOTAL</b>	<b>289.731,6</b>	<b>100</b>

(1) *impostos não integrantes de Estados e Municípios: IPTU, ISS, ITBI, IRRF, IOF;*

(2) *não considera recursos dos royalties e participações especiais do petróleo.*

# NOVO FUNDEB – Parâmetros

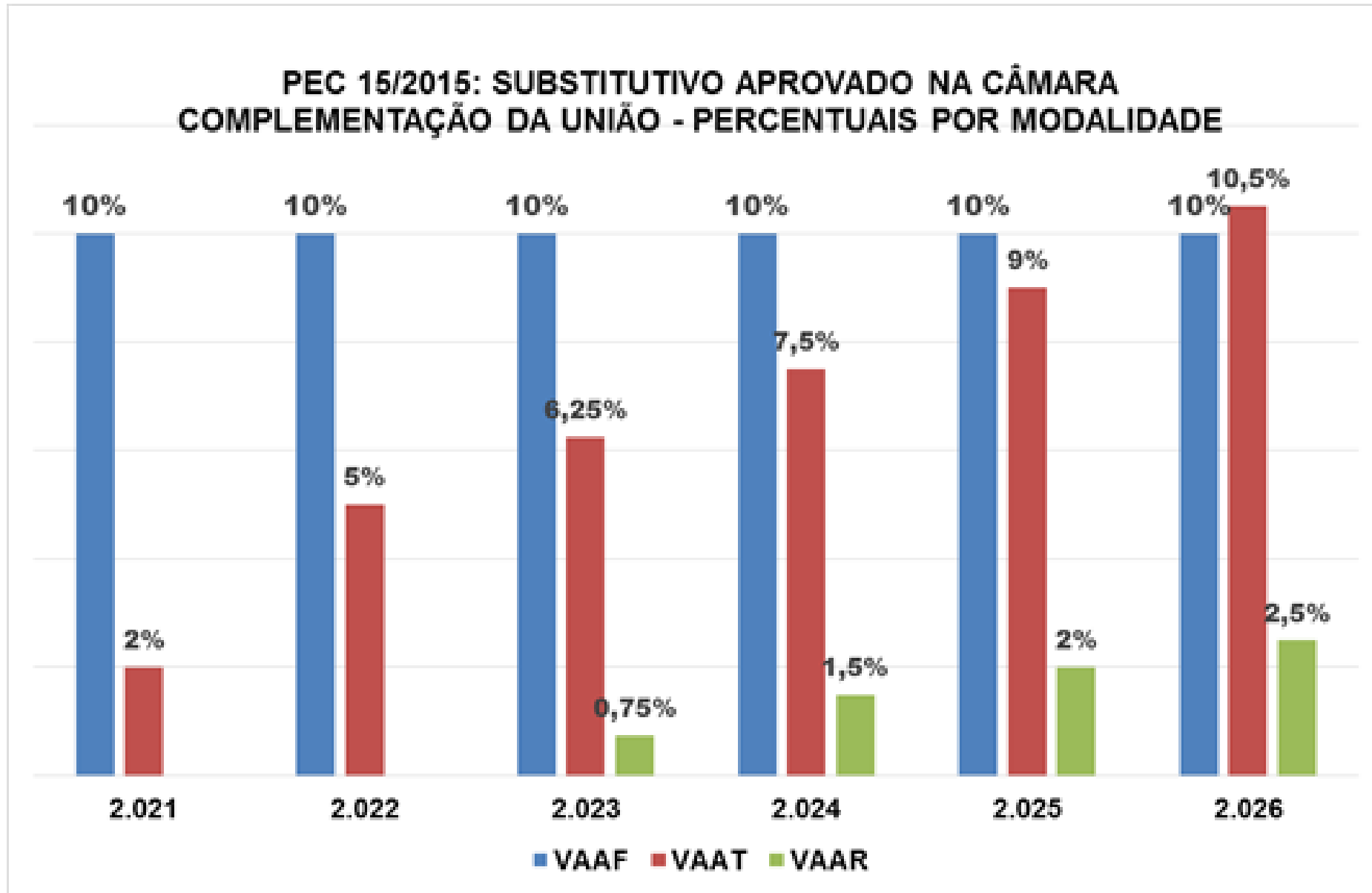
## FUNDEB: PARÂMETROS DE DISTRIBUIÇÃO

FUNDEB 2007-2020	NOVO FUNDEB
<p style="text-align: center;"><b>VAAF</b></p> $\frac{\text{Receitas integrantes + Complem. VAAF}}{\text{Matrículas ponderadas}}$	<p style="text-align: center;"><b>VAAF(*)</b></p> $\frac{\text{Receitas integrantes + Complem. VAAF}}{\text{Matrículas ponderadas (*)}}$
	<p style="text-align: center;"><b>VAAT</b></p> $\frac{\text{Receitas integrantes + Complem. VAAF + Demais receitas}}{\text{Matrículas ponderadas (*)}}$
	<p style="text-align: center;"><b>VAAR</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Indicadores de atendimento e aprendizagem com redução das desigualdades</li></ul>

(\*) *Novos indicadores e ponderadores de matrículas*



# NOVO FUNDEB – % por Modalidade



# NOVO FUNDEB – % por Modalidade

## NOVO FUNDEB: VALORES ESTIMADOS

<b>NOVO FUNDEB</b>	<b>Finalidade</b>	<b>2021 (R\$ bi)</b>		<b>2026 (R\$ bi)</b>	
1. Fundeb-Estados <b>VAAF(*)</b>	Distribuição intraestadual		<b>160,4</b>		<b>160,4</b>
2. Complementação <b>VAAF(*)</b>	Equalização por Estado	<b>10%</b>	<b>16,0</b>	<b>10%</b>	<b>16,0</b>
3. Complementação <b>VAAT</b>	Equalização por rede de ensino	<b>2%</b>	<b>3,2</b>	<b>10,5%</b>	<b>16,8</b>
4. Complementação <b>VAAR</b>	Incentivo a resultados			<b>2,5%</b>	<b>4,0</b>
<b>COMPLEMENTAÇÃO TOTAL</b>		<b>12%</b>	<b>19,2</b>	<b>23%</b>	<b>36,8</b>

# NOVO FUNDEB – Complem-VAAT 10,5%

## redes de ensino beneficiadas

UF	n	compl_vaat	matrículas	valor/aluno acrécimo
AC	15	142.665.181	85.240	1.673,70
AL	85	610.471.520	381.509	1.600,15
AM	56	812.594.397	585.603	1.387,62
AP	11	61.122.997	72.037	848,50
BA	390	2.701.106.299	1.819.891	1.484,21
CE	183	2.000.679.387	1.323.246	1.511,95
DF				
ES	68	434.395.678	436.119	996,05
GO	126	409.815.502	424.963	964,36
MA	144	1.661.440.912	875.105	1.898,56
MG	536	1.114.529.765	1.230.802	905,53
MS	57	147.576.546	172.892	853,58
MT	82	165.056.167	235.234	701,67
PA	108	1.716.461.549	1.061.449	1.617,09
PB	204	699.450.613	423.188	1.652,81
PE	175	1.226.441.392	982.687	1.248,05
PI	191	711.013.057	476.136	1.493,30
PR	275	544.190.031	651.155	835,73
RJ	62	456.515.225	653.136	698,96
RN	144	469.089.200	322.567	1.454,24
RO	22	26.075.571	62.623	416,39
RR	8	13.977.653	60.147	232,39
RS	41	36.206.712	86.274	419,67
SC	144	238.877.547	409.631	583,15
SE	61	200.356.826	203.842	982,90
SP	95	148.950.927	359.592	414,22
TO	68	87.952.255	112.382	782,62
<b>total</b>	<b>3.351</b>	<b>16.837.012.909</b>	<b>13.507.445</b>	<b>1.246,50</b>



# Minha Casa Minha Vida

# PROGRAMA MCMV

## ✓ Política Fiscal com objetivo:

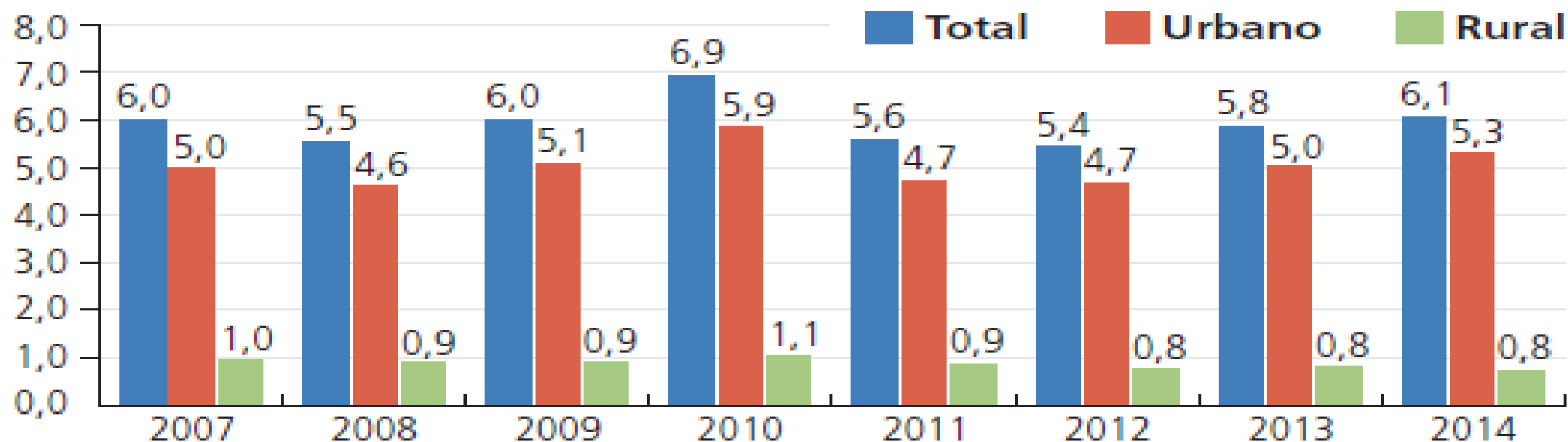
- Reduzir o déficit habitacional
- Aquecer economia de forma anticíclica em crise
- Viabilizar investimentos na construção civil

## ✓ Questão Habitacional

- Ônus com aluguel, moradias precárias e adensadas e em áreas não regularizadas
- Carência de infraestrutura básica

# QUESTÃO HABITACIONAL

## Deficit habitacional no Brasil (milhões de moradias)



Fonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2013-2014.

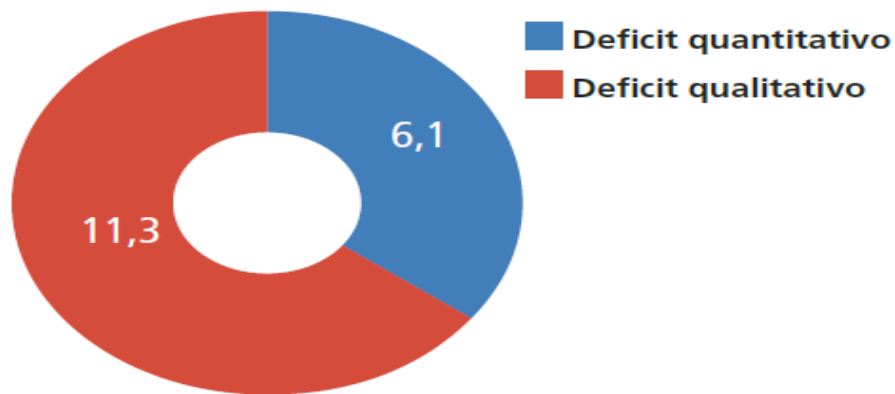
- Em 2014, a demanda habitacional quantitativa era de **6,1 milhões** de unidades, sendo **5,3 milhões** nas áreas urbanas e **750 mil** nas áreas rurais.
- 83,9% da demanda se concentra em famílias com até **3 salários-mínimos**.

# QUESTÃO HABITACIONAL

DEFICIT QUANTITATIVO	DEFICIT QUALITATIVO* (INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS)
<ul style="list-style-type: none"><li>• Habitação precária</li><li>• Coabitação familiar</li><li>• Ônus excessivo com aluguel</li><li>• Adensamento excessivo em domicílios alugados</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Carência de infraestrutura básica</li><li>• Adensamento excessivo em domicílios próprios</li><li>• Ausência de banheiro exclusivo</li><li>• Cobertura inadequada</li><li>• Inadequação fundiária ou cartorial</li></ul> <p>* Critérios não agregáveis (não podem ser somados)</p>

O último levantamento que compara as duas dimensões do deficit habitacional foi realizado em 2014 e apresenta a seguinte composição, em milhões de unidades

## Deficit habitacional



Fonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estatística e Informações.  
Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte, 2016.

- O **deficit qualitativo** é bastante superior ao **deficit quantitativo**.
- O PMCMV visa à redução do deficit quantitativo por meio da **aquisição de imóvel novo**. Não focaliza, portanto, estratégias alternativas, como aluguel ou aquisição de imóveis já disponíveis.
- O Brasil possui **7,2 milhões de domicílios vagos**, sendo 79% em área urbana. Desse total, 6,4 milhões de unidades se encontram em condições de serem ocupadas.
- Em relação ao deficit qualitativo, o gráfico retrata apenas o critério preponderante de inadequação de domicílios, ao informar que existem no país **11,3 milhões de domicílios carentes de pelo menos um tipo de serviço de infraestrutura**.

# CUSTOS EXPLÍCITOS MCMV

## Modalidades de financiamento do PMCMV por faixa

RENDA	FAIXA	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800	1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel, em até 120 prestações mensais de até R\$ 270, sem juros.
Até R\$ 2.350	1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600	2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano
Até R\$ 6.500	3	8,16% de juros ao ano

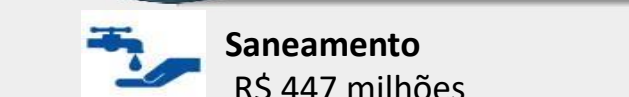
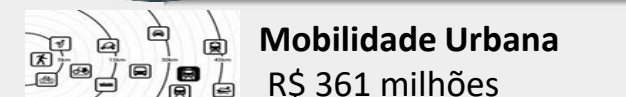
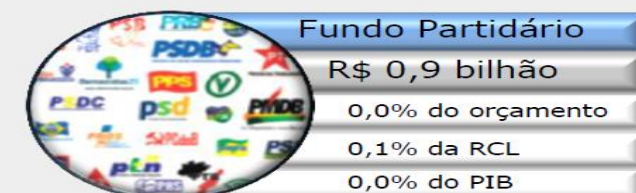
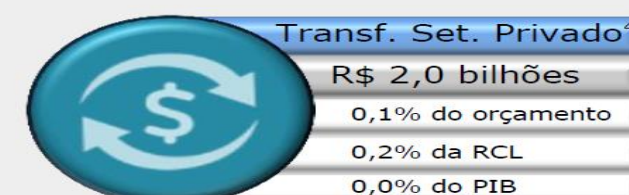
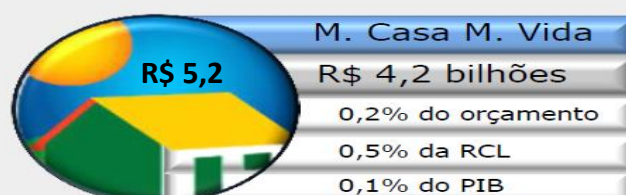
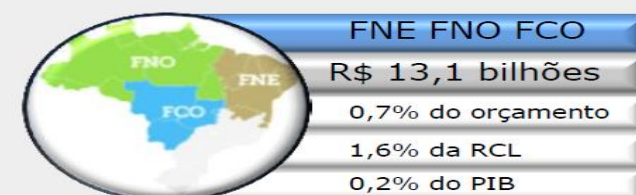
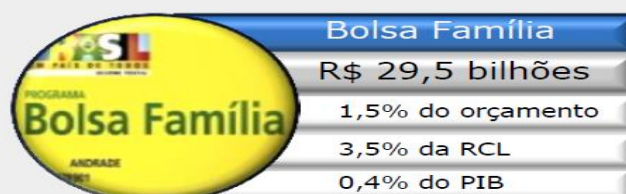
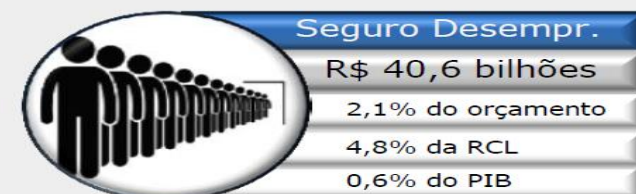
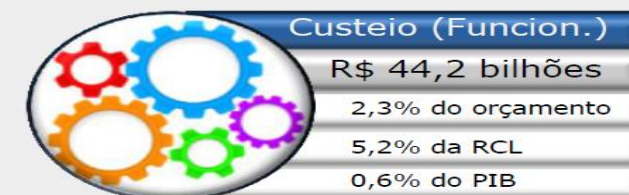
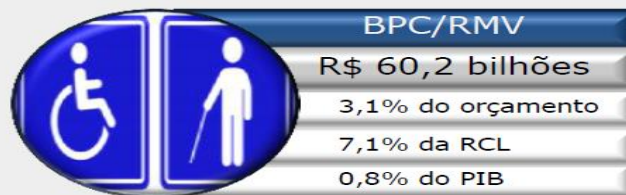
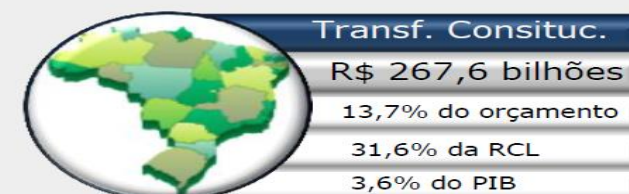
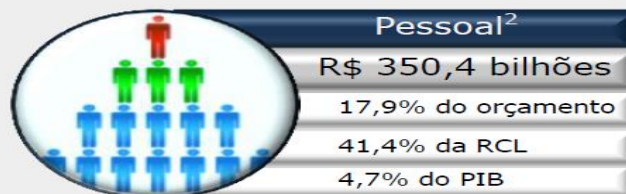
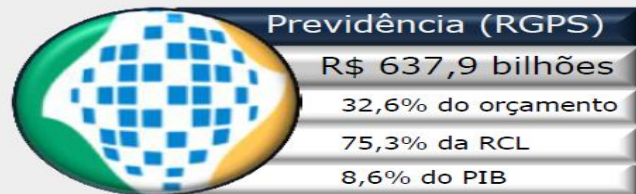
Fonte: Ministério das Cidades (<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>, acessado em 21/09/2017)

Por meio do FAR, de acordo com as regras definidas na Portaria MCID 267/2017 e na Portaria Interministerial 99/2016, o beneficiário do PMCMV pode adquirir imóvel no valor de até R\$ 96.000,0 e receber subvenção orçamentária de até 86.400,0 em condições ordinárias. Em resumo, pode receber subvenção de até 90% do valor do imóvel adquirido. Além disso, em situações mais específicas, tais como nas relativas a reassentamentos, emergência ou calamidade, é dispensada a participação financeira dos beneficiários sob a forma de prestações mensais, casos em que a subvenção pode corresponder a 100% do valor do imóvel.



# Gastos LOA 2019

## Despesas em Destaque<sup>1</sup>



1. Percentuais do orçamento excluídos os serviços da dívida (juros e amortizações).
2. Inclui inativos e pensionistas do setor público (130,0 bilhões; dos quais R\$ 3,0 bilhões relativos ao FCFD) e contribuição previdenciária da União (R\$ 24,5 bilhões).
3. Inclui R\$ 120,0 bilhões de investimentos das estatais federais. Do total de investimentos, R\$ 81,2 bilhões se referem ao PAC, dos quais R\$ 67,6 bilhões oriundos do orçamento de investimentos.
4. Inclui apenas despesas discricionárias.

# MCMV E ORÇAMENTO DA UNIÃO

- ✓ R\$ 92,3 bilhões pagos de 2009 a agosto de 2019
- ✓ 70,6% para o FAR
- ✓ 2015: R\$ 20,7 bilhões X 2018: R\$ 4,5 bilhões (pagos)

## Programa Minha Casa Minha Vida (2009 a agosto 2019)

R\$ BILHÕES	
Ações Orçamentárias	Pagamentos Totais
00AF - INTEGRALIZACAO DE COTAS AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR	65,14
00CW - SUBVENCAO ECON. DEST. IMPLEMENT. DE PROJ. DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS URBANAS	15,29
00CX - SUBVENCAO ECON. DEST. IMPLEMENT. DE PROJ. DE DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS RURAIS	5,80
00CY - TRANSFERENCIAS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FDS	2,94
0E64 - SUBVENCAO ECON. DEST. A HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL CIDADES COM MENOS DE 50.000 HAB	3,14
<b>TOTAL</b>	<b>92,30</b>

Fonte: Siafi

# MCMV E ORÇAMENTO DA UNIÃO

## ✓ Faixa de Renda e Ações Orçamentárias

FAIXAS	FONTES	RENDA MÁXIMA	MODALIDADE	AÇÕES ORÇAMENT.
1	FGTS e OGU	R\$ 1.800,00	PNHU - Empresas (FAR) PNHU - Entidades (FDS) PNHR Oferta Pública	00AF 00CY 00CX 0E64
1,5 2	FGTS, com desconto e OGU	R\$ 2.600,00 R\$ 4.000,00	PNHU	00CW
3	FGTS, sem desconto	R\$ 7.000,00 R\$ 9.000,00	Popular "3 Plus" (Não Popular) Imóvel novo ou usado	N/A N/A

FAIXA	UNIDADES ENTREGUES	Até 2016
1	1.137.547	
2	1.820.927	
3	290.198	
<b>Total</b>	<b>3.248.672</b>	

Fonte: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação – SNH

# APERFEIÇOAMENTOS MCMV

## APERFEIÇOAMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

- Regionalizar as metas físicas do PMCMV no PPA, na LDO e na LOA.
- Publicar documento consolidado oficial sobre fontes de financiamento do PMCMV, orçamentárias e extraorçamentárias.
- Detalhar, no orçamento operacional do FGTS, o montante de recursos destinados ao PMCMV.
- Instituir regras de governança para a concessão de subsídios que visem à sustentabilidade fiscal das políticas públicas.
- Apurar a extrapolação do limite de transferências para o FAR, que se encontra em R\$ 59,8 bilhões, quando a Lei 11.977/2009 autorizou o montante máximo de R\$ 16,5 bilhões.

## APERFEIÇOAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA

- Discutir alternativas na estratégia de enfrentamento do deficit habitacional.
- Retomar a elaboração de sistema federativo de habitação, em que as medidas de intervenção habitacional sejam pactuadas e negociadas pelas três esferas de governo.
- Desenhar o Programa de modo que os recursos cheguem aos locais de maior necessidade, e não aos municípios mais bem estruturados.
- Dar publicidade à memória de cálculo das contratações realizadas, inclusive com segregação clara entre o estoque e as novas contratações.
- Apresentar ao Congresso Nacional projeto de lei que vise à instituição de plano nacional de habitação.

# Saneamento e Mobilidade Urbana

- ✓ Saneamento: R\$ 15 bilhões (pagos de 2009 a agosto de 2019)
- ✓ Urbanismo: R\$ 13 bilhões (pagos de 2009 a agosto de 2019)

Programa Governo		R\$ BILHÕES
		<b>Pagamentos Totais</b>
<b>Urbanismo</b>		
1295	DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO	3,87
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	2,04
2054	PLANEJAMENTO URBANO	4,91
6001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE PEQUENP PORTE	0,43
6002	APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE MEDIO PORTE	0,16
9989	MOBILIDADE URBANA	0,17
	DEMAIS	1,46
<b>Subtotal Urbanismo</b>		<b>13,04</b>
<b>Saneamento</b>		
0122	SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO	3,62
1128	URBANIZACAO, REGULARIZACAO FUNDIARIA E INTEGRACAO DE ASSENTA	1,88
1138	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARITIMA E FLUVIAL	1,03
2068	SANEAMENTO BASICO	5,59
8007	RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	0,03
	DEMAIS	2,95
<b>Subtotal Saneamento</b>		<b>15,09</b>
<b>TOTAL</b>		<b>28,14</b>

# OBRAS PARADAS

✓ 11,8% do MCMV

✓ 10,4% em Saneamento

Número de obras financiadas pelo OGU paralisadas

- Habitação: 102 projetos
- Saneamento e Água: 55 projetos

Número de obras financiadas pelo FGTS paralisadas ou atrasadas

	Atrasadas		Paralisadas		% Obras financiadas (2016)	
	2015	2016	2015	2016	Atrasadas	Paralisadas
Saneamento básico	333	189	160	258	8,2%	11,1%
Mobilidade urbana	169	237	64	81	10,2%	3,5%
Habitação	65	31	58	74	1,3%	3,2%
TOTAL	567	457	282	413	19,7%	17,8%

Fonte: Relatório de Obras paradas do FGTS de 2016 e 2015.

Fonte: CNI, Infra 25, de 2018

<https://www.conjur.com.br/dl/estudo-cni-grandes-obras-paradas.pdf>



# Plano de Intervenção do RJ

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

## ✓ Decreto 16 de fevereiro de 2018

✓ **Princípios, Crenças e Valores:** complementariedade, cooperação, efetividade, excelência técnica, integração, interoperabilidade, liderança situacional, respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana

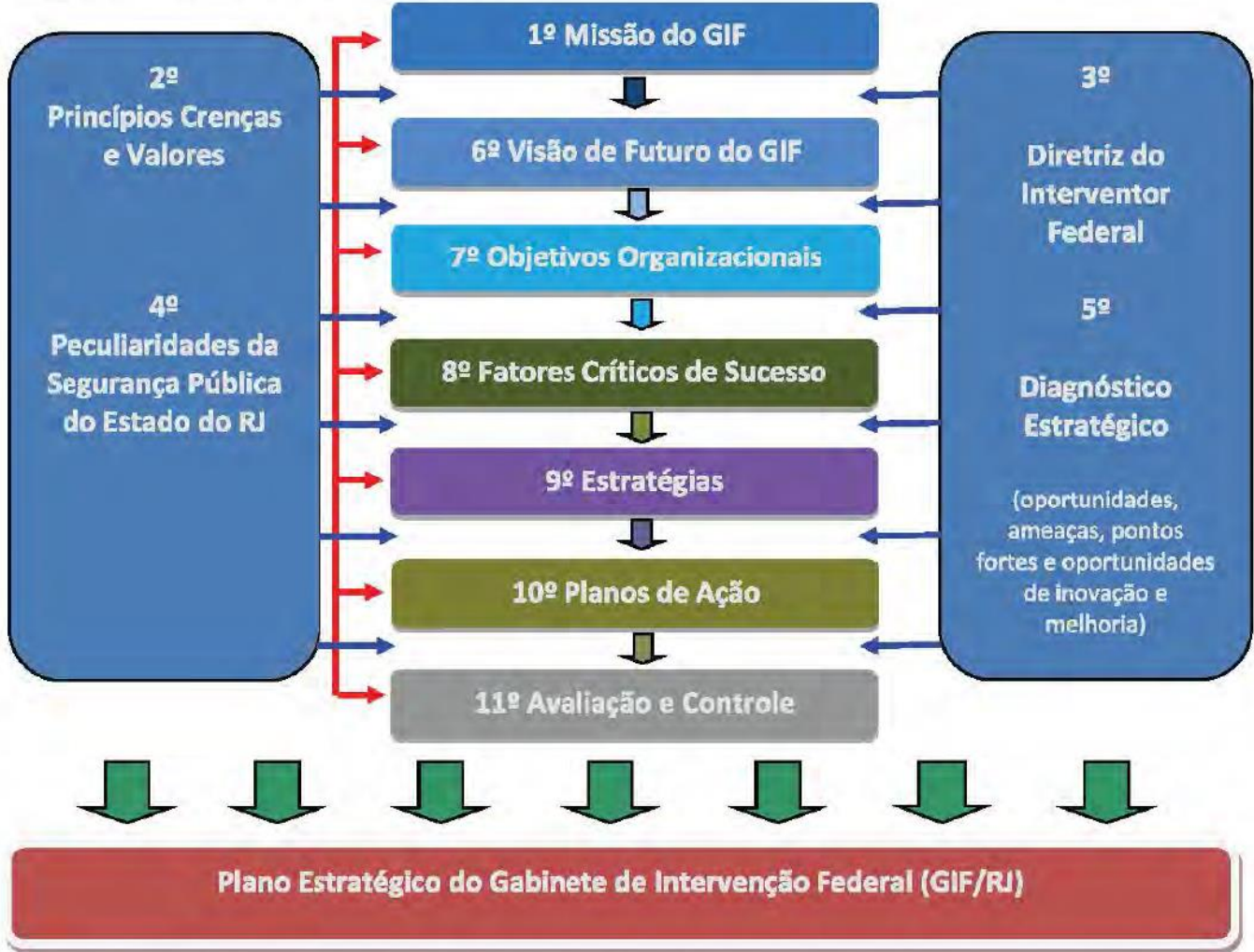
## ✓ Raízes:

- **Crime:** Crime Organizado (CV) na década de 70, escalada do tráfico de drogas internacional (cartéis), governos populistas, desorganização urbana. Surgimento das milícias em 2008 (extorção transporte alternativo, distribuição de gás, TV a cabo e “segurança” no comércio).
- **Participação das Forças Armadas GLO e Grandes Eventos:** Operação Arcanjo (Penha e Alemão 2010 e 2012); Operação São Francisco (2014 e 2015); grandes eventos de 2013 a 2016.
- **Crise política, moral e econômica:** corrupção da máquina estatal, gestão ineficaz, fraudulenta e irresponsável, insolvência, com reflexos sócios econômicos e segurança. Perda de comando das corporações.



# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

Figura 04 – Esquema gráfico da metodologia do plano de Gestão do Gabinete da Intervenção Federal na área de segurança pública no Estado do RJ



Fonte: Equipe de Planejamento e Gestão do GIF/RJ, 2018, adaptado do Modelo de Excelência na Gestão Pública do Exército Brasileiro (MEGP-EB).

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

## ✓ Diagnóstico estratégico:

- **Ambiente externo:** vigência do estado de direito, cobertura da mídia, aporte financeiro da União, credibilidade das Forças Armadas, integração com órgãos segurança.
- **Ameaças:** atuação da criminalidade organizada, obsolescência dos equipamentos OSP, insuficiência de recursos, desorganização urbana e baixa eficiência dos serviços essenciais, atraso no pagamento de salários, aumento da violência durante a intervenção, manifestações e baixa credibilidade dos OSP.
- **Ambiente interno (pontos fracos):** estrutura de logística inadequada nos OSP. Baixa eficácia dos OSP, deficiência na gestão de recursos humanos, materiais e na qualificação; desorganização institucional e falta de integração, coordenação e cooperação entre os OSP.

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

## ✓ Objetivos Estratégicos:

OE	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO
OE/01	Diminuição dos índices de criminalidade.	Redução dos índices relacionados a letalidade violenta, roubo de veículos, roubo de rua e roubo de carga.
OE/02	Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro	Aperfeiçoamento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura.
OE/03	Articulação das instituições dos entes federativos	Fomento do compartilhamento de responsabilidades na Segurança Pública, por meio do estabelecimento de protocolos.

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

## ✓ Objetivos Estratégicos:

OE/04	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança Pública como atividade técnico-operacional minimizando fatores políticos.
OE/05	Melhoria da qualidade e da gestão do sistema prisional	Modernização do sistema prisional por meio de tecnologias, reestruturação organizacional e infraestrutura

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção



# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

OE/01 - Diminuição dos índices de criminalidade							
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)			
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES		
Atuação eficiente e eficaz dos OSP.	1.1 - Empregar com efetividade os OSP no cumprimento de suas missões constitucionais	1.1.1 - Aplicar um planejamento integrado das ações de segurança pública, e inteligência que permitam reduzir os atuais valores dos índices de criminalidade no RJ.	- Índice de redução da Criminalidade (porcentagem de redução da criminalidade em relação ao mesmo período do ano anterior ou do mês anterior).	1.1.1.1 - Realizar Ações de Segurança Comunitária			
					1.1.1.2 - Aperfeiçoar as ações de Comando e Controle (C2) no CICC.		
					1.1.1.3 - Elaborar um Protocolo de Integração das ações de Inteligência para todos os OSP/SEAP/SEDEC		
	1.2 - Buscar a eficácia das Forças de Segurança	1.1.2 - Dotar a PMERJ de instrumento mas célere de registro de infrações penais	Publicação do ato de adoção do instrumento.		1.1.2.1 - Adotar o Termo Circunstanciado para a PMERJ		
				1.2.1 - Executar as ações com base na análise das manchas criminais.	Nº de ações realizadas com base na avaliação da mancha criminal.	1.2.1.1 - Elaborar o Planejamento das ações de segurança com base na avaliação da mancha criminal.	
						1.2.2 - Aperfeiçoar a capacidade operativa do Comando Conjunto	Nº de operações realizadas pelo Comando Conjunto.

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

**OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro e na SEAP.**

FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Identificação precisa das deficiências e carências dos OSP.	2.1 - Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições.	2.1.1 - Capacitar, de forma customizada, 60% das tropas especializadas dos OSP e dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo	- Índice de Capacitação das tropas especializadas dos OSP; e - Índice de Capacitação dos policiais redirecionados das UPP para o policiamento ostensivo.	2.1.1.1 - Realizar a capacitação de tropas/forças especializadas dos OSP e dos eletivos redirecionados das UPP/PMERJ.	
				2.1.1.2 - Redistribuir os meios (pessoal e material) das UPP/PMERJ.	
			2.1.1.3 - Estabelecer protocolos de apoio institucional entre os OSP e os centros de treinamento especializado das Forças Armadas.		
			2.1.1.4 - Propor o SIMV (policiais e bombeiros militares temporários) na PMERJ e CBMERJ		
	2.1.2 - Elaborar Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e na SEAP .	Aprovação dos Planos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização Profissional nos Estabelecimentos de Ensino dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP		2.1.2.1 - Realizar Acordo de Cooperação entre os OSP/SEAP e o Sistema de Educação do Exército.	
	2.1.3 - Estruturar o Centro de Coordenação Tático Integrado(CCTI) – Operações Especiais	Ativação da Estrutura do Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – Operações Especiais	2.1.3.1 - Implantar o Centro de Coordenação Tático Integrado – Operações Especiais		

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Identificação precisa das deficiências e carências dos OSP	2.2 - Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP.	2.2.1 - Emposar na PMERJ pelo menos 1.000 novos concursados já aprovados..	Quantidade de concursados aprovados empossados.	2.2.1.1 - Incorporar o efetivo de 1.000 novos concursados na PMERJ.	
		2.2.2. - Reintegrar 10% dos profissionais de segurança cedidos.	Percentual de profissionais de segurança reintegrados.	2.2.2.1 - Reintegrar nos OSP e na SEAP o efetivo de profissionais de segurança cedidos.	
		2.2.3 - Reativar o pagamento do Regime Adicional de Serviço (RAS)	Publicação do pagamento do RAS.	2.2.3.1 - Incorporar no planejamento de emprego dos OSP os policiais (militares e civis) bombeiros militares e inspetores de segurança/ administração penitenciária que aderirem ao RAS.	
		2.2.4 - Realizar inspeção de saúde em pelo menos 20% do pessoal dos OSP e SEAP afastado por licença para tratamento de saúde	Percentual de pessoal afastado inspecionado dos OSP e SEAP	2.2.4.1 - Realizar inspeção de Saúde nos Inaptos dos OSP e SEAP.	
		2.2.5 - Transferir efetivos de Unidades de Polícia Pacificadora para o policiamento ostensivo.	Percentual de transferência de efetivos das UPP para o policiamento ostensivo.	2.2.5.1 - Remanejar efetivos de policiais militares das UPP para os BPM.	
		2.2.6 - Criar o quadro de prestador de tarefa de tempo certo (PTTC) nos OSP e na SEAP.	Publicação do ato		2.2.5.2 - Realizar a logística reversa das UPP realinhadas.
		2.2.7 - Aperfeiçoar os Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP	Apresentação dos Planos de Carreira dos OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP		2.2.6.1 - Criar um quadro de Prestador de Tarefa de Tempo Certo (PTTC) nos OSP e SEAP
					2.2.7.1 - Propor aperfeiçoamentos nos Planos de Carreira para os OSP (PMERJ e CBMERJ) e SEAP.



# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.						
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)		
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES	
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	2.3 - Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado.	2.3.1 - Distribuir as viaturas adquiridas pelo Governo Estadual para a PMERJ.	Quantidade de Vtr distribuídas à PMERJ		2.3.1.1 - Recompôr a frota de viaturas da PMERJ.	
		2.3.2 - Obter pelo menos 40% das necessidades levantadas para a recomposição da frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	Quantidade de Vtr adquiridas para recompor a frota de Vtr dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP		2.3.2.1 - Recompôr a frota de viaturas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	
		2.3.3 - Recuperar a capacidade mínima da frota de viaturas blindadas e especiais (PMERJ e PCERJ e SEAP).	- Índice de recuperação da Frota de Vtr blindadas dos OSP. - Índice de Recuperação da Frota de Vtr Especiais dos OSP e de SEAP	2.3.3.1 - Recuperar 3 (Três) blindados da CORE/PCERJ.		
				2.3.3.2 - Fazer o empréstimo de 3 (Três) VBTP URUTU para o COE/PMERJ		
				2.3.3.3 - Realizar a manutenção de 3 (Três) Vtr Especiais de transporte de presos para a SEAP		
				2.3.3.4 - Realizar a manutenção de 6 (seis) Vtr Bid do COE/PMERJ.		
		2.3.4 - Adquirir até 20% das necessidades de viaturas especiais.	Índice de atendimento das necessidades de viaturas especiais.		2.3.4.1 - Recompôr a frota de viaturas especiais OSP e SEAP	
		2.3.5 - Aperfeiçoar a gestão do armamento.	- Índice de recolhimento do armamento utilizado pelos OSP e SEAP; - Índice de substituição do armamento utilizado pelos OSP e SEAP; e - Índice de qualificação dos "quartilheiros"		2.3.5.1 - Trocar parte do armamento dos OSP e da SEAP	
	2.3.5.2 - Qualificar os Quartilheiros					
2.3.6 - Realizar a manutenção e a aquisição de armamento para os OSP e SEAP	- Índice de manutenção do armamento dos OSP e SEAP - Índice de aquisição de armamento dos OSP e SEAP	2.3.6.1 - Recompôr a dotação mínima de armamento dos OSP e SEAP				
			2.3.6.2 - Adquirir armamentos para os OSP e SEAP			

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

**OE/02: Recuperar a capacidade operativa dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e da SEAP do Estado do Rio de Janeiro.**

FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Disponibilização de recursos e eficiência na gestão orçamentária e financeira	2.3 - Aquisição, manutenção e recuperação do material de emprego individual e coletivo para os OSP do Estado.	2.3.7- Dotar os OSP, SEDEC e a SEAP de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).	- Índice de aquisição de Equipamento de Proteção Individual (EPI)		2.3.7.1 - Adquirir Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para a proteção dos integrantes dos OSP, da SEDEC e da SEAP
		2.3.8 - Dotar as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e SEAP com 40% dos materiais necessários ao seu preparo e emprego.	Índice de dotação dos materiais necessários ao preparo e emprego das tropas/forças especializadas		2.3.8.1 - Adquirir materiais especiais (exceto armamento letal e EPI) para as tropas/forças especializadas dos OSP (PMERJ e PCERJ) e da SEAP.
	2.4 - Organizar as funções logísticas	2.4.1 - Elaborar os Planos para Aquisição, Distribuição e Manutenção das diversas Classes de Suprimento.	Apresentação dos Planos Elaborados		2.4.1.1 - Planejar a aquisição, a distribuição e a manutenção dos seguintes materiais: <ul style="list-style-type: none"> <li>ξ Equipamentos;</li> <li>ξ Fardamento;</li> <li>ξ Armamento;</li> <li>ξ Material de Aviação;</li> <li>ξ Material de Motomecanização (Peças e Viaturas);</li> <li>ξ Munição;</li> <li>ξ Óleos e Combustíveis;</li> <li>ξ Material de Comunicações e TIC; e</li> <li>ξ Material de Saúde.</li> </ul>

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

**OE/03: Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos**

FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Existência de um ambiente favorável ao relacionamento institucional	3.1 - Desenvolver protocolos interagências para as ações de segurança pública e inteligência.	3.1.1 - Elaborar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança.	Publicação da diretriz.	3.1.1.1 - Confeccionar uma Diretriz de Planejamento para as Operações das Forças de Segurança	
		3.1.2 - Estabelecer protocolos de Inteligência de Segurança Pública e Sistema de Administração Penitenciária do Estado.	Publicação dos protocolos de Inteligência		3.1.2.1 - Elaborar protocolos de Inteligência de Segurança Pública.
		3.1.3 - Estabelecer protocolos de cooperação com as Prefeituras do Estado do RJ que possuem Guarda Municipal.	Quantidade de Prefeituras com as quais foram estabelecidos protocolos de cooperação.		3.1.3.1 - Elaborar protocolos de cooperação com as prefeituras do Estado do RJ que possuem Guardas Municipais.
		3.1.4 - Estabelecer Protocolos de cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal.	Publicação dos protocolos de cooperação estabelecidos com as Polícias Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF).		3.1.4.1 - Elaborar protocolos de cooperação com as Polícias Federal e Rodoviária Federal.
		3.1.5 - Transferir a responsabilidade pela fiscalização dos "ferros velhos" do DETRAN para os OSP do Estado (PMERJ e PCERJ).	Publicação da reedição do Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro.		3.1.5.1 - Reeditar o Decreto que regula a fiscalização de "ferros velhos" no Estado do Rio de Janeiro, transferindo a responsabilidade do DETRAN para os OSP (PMERJ e PCERJ)
		3.1.6 - Organizar o Gabinete de Intervenção Federal	Aprovação da estrutura regimental e do quadro demonstrativo de cargos.		3.1.6.1 - Definir a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

<b>OE/03: Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos</b>					
<b>FCS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>	<b>METAS</b>	<b>INDICADORES DE DESEMPENHO</b>	<b>PLANOS DE AÇÃO (5W2H)</b>	
				<b>AÇÕES EMERGENCIAIS</b>	<b>AÇÕES ESTRUTURANTES</b>
<b>Possuir um adequado e integrado suporte de TIC</b>	3.2 – Potencializar o CICC como órgão de Comando e Controle para as ações de Segurança Pública.	3.2.1 - Migrar o Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).	Publicação do ato que consolida a migração do banco de dados		3.2.1.1 - Realizar a migração do Banco de Dados do Portal da Segurança para o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)
		3.2.2 - Renovar a Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do CICC.	Apresentação do Projeto de Renovação da Infraestrutura de TIC do CICC.		3.2.2.1 - Renovar a Infraestrutura de TIC do CICC.
		3.2.3 Integrar as chamadas de emergência (190, 193, 197 e 199) do Estado do RJ em um sistema unificado (190).	Aplicação do sistema desenvolvido		3.2.3.1 - Desenvolver um sistema unificado de chamadas de emergência

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

OE/04: Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.					
FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Reorganização da arquitetura da Segurança Pública Estadual	4.1 - Reorganizar a estrutura da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.	4.1.1 - Fortalecer as atividades de correição na Segurança Pública do Estado	Publicação dos atos de substituição e reforço de pessoal das corregedorias.		4.1.1.1 - Rever o diploma legal que confere competências e independência ao corregedor.
		4.1.2 - Capacitar adequadamente o pessoal responsável pela gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC.	Índice de capacitação do pessoal responsável pela gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEAP e SEDEC.		4.1.2.1 - Realizar curso de capacitação necessário ao Controle Interno da gestão orçamentária e financeira dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP.
		4.1.3 - Aprimorar estruturas Logísticas dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP	Publicação do ato de criação das estruturas logística dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e da SEAP		4.1.3.1 - Aperfeiçoar estruturas logísticas.
		4.1.4 - Promover a articulação das agências/órgãos de Inteligência dos OSP, da SESEG, da SEDEC e da SEAP.	Publicação do ato regulatório de articulação	4.1.4.1 - Articular as agências/órgão de Inteligência da SESEG, SEDEC, SEAP e OSP nos níveis das RISP/AISP.	
		4.1.5 - Estabelecer protocolos de Comunicação Social Interagências.	Publicação do Ato regulatório		4.1.5.1 - Elaborar protocolos de Comunicação Social Interagências.
		4.1.6 - Planejar a reorganização administrativa nos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.	Publicação do Ato normativo da reorganização administrativa dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ) e Secretarias Intervencionadas (SESEG, SEDEC e SEAP).		4.1.6.1 - Reorganização das estruturas administrativas e otimização de processos dos OSP, SESEG, SEDEC e SEAP

# INTERVENÇÃO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: Plano de Intervenção

## OE/04: Fortalecer o caráter institucional da Segurança Pública e do Sistema Prisional.

FCS	ESTRATÉGIAS	METAS	INDICADORES DE DESEMPENHO	PLANOS DE AÇÃO (5W2H)	
				AÇÕES EMERGENCIAIS	AÇÕES ESTRUTURANTES
Revitalização dos Princípios, Crenças e Valores (Éticos e Morais) Institucionais nos diversos OSP	4.3 - Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nos OSP.	4.3.1 - Realizar formaturas e organizar eventos em todas as datas cívicas e comemorativas Nacionais, Estaduais e Corporativas	Quantidades de atividades cívicas e formaturas conduzidas pelos OSP		4.3.1.1 - Elaborar um planejamento anual de eventos cívicos a serem conduzidos pelos comandos e chefias dos OSP, em todos os níveis
		4.3.2 - Realizar cursos de liderança para núcleos de capacitação em todos os OSP e SEAP	Quantidade de cursos de liderança realizados para os núcleos de capacitação em todos os OSP, SEAP e SEDEC.		4.3.2.1 - Ministrando cursos de liderança para núcleos de capacitação em nos OSP e SEAP
	4.4 - Aperfeiçoar a Gestão Financeira dos OSP, SEAP e SESEG.	4.4.1 - Normalizar a gestão financeira dos OSP (PMERJ, PCERJ e CBMERJ), SESEG, SEDEC e SEAP.	Realização dos pagamentos de pessoal	4.4.1.1 - Coordenar com o Governo do Estado o pagamento de salários e benefícios atrasados aos profissionais de Segurança Pública do Estado	
	4.5 - Melhorar o relacionamento e a imagem dos OSP junto à população.	4.5.1 - Quantificar a percepção de segurança da população nas áreas que foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária	Resultado de pesquisa realizada junto à população nas áreas onde foram desencadeadas as Ações de Segurança Comunitária	4.5.1.1 - Medir a percepção de segurança da população	



# Pronatec

Apresentação com base avaliação e discussão no Senado Federal, do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União

# Legislação PRONATEC

- Art. 205 da CF;
- Arts. 39 e 40 da LDB (Lei nº 9.394/1996, e alterações) ;
- Decreto nº 8.268/2014
- “ensino técnico” a que se refere a terminologia “Pronatec” abrange mais propriamente as outras duas categorias listadas na LDB: **1) os cursos de “educação profissional técnica de nível médio”**; e **2) os de “formação inicial e continuada ou qualificação profissional”**
- Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014



# OBJETIVOS DO PRONATEC

- Fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- Ampliar e diversificar a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no país;
- Integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; e
- Democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica para públicos diversos.

# OBJETIVOS DO PNE X PRONATEC

## Plano Nacional de Educação - PNE

- **Meta 10:** prevê, ao final de dez anos, a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional
- **Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público

# Educação Profissional – comparação internacional

Proporção de alunos do ensino médio com integração à educação profissional – 2014\*

País/Bloco	%
Alemanha	47,8
Áustria	69,8
Espanha	34,4
Finlândia	70,4
França	42,7
Holanda	66,4
Itália	56,1
Polônia	49,2
Portugal	46,0
Reino Unido	42,7
Suécia	43,7
Suíça	65,7
União Europeia (média)	48,0
Chile	40,2
China	19,8
Coreia do Sul	23,5
México	27,3
Turquia	46,4
Brasil	9,3

## Dados Estatísticos do PRONATEC

**Neri 2012**, jovens de 15 a 29 anos que nunca frequentaram educação profissional:

- 63,83% não o fizeram por falta de interesse
- 18,25% por falta de recursos financeiros
- 12,95% por falta de oferta
- 4,97% por outros motivos

# Dados Estatísticos do PRONATEC

**Pesquisa IBOPE/CNI**, jovens de 15 a 29 anos que nunca frequentaram educação profissional:

- 40% por falta de tempo para estudar
- 26% por falta de recursos financeiros
- 22,% por falta de interesse
- 4% por outros motivos

# Dados Estatísticos do PRONATEC

## Pesquisa IBOPE/CNI

- 90% concordam “quem faz curso de educação profissional tem mais oportunidades no mercado de trabalho do que os que não fazem nenhum curso”;
- 74% dos participantes avaliaram que “o aluno de um curso profissional é bem ou razoavelmente preparado para o mercado de trabalho”;
- 82% concordaram total ou parcialmente que “as pessoas que têm um certificado de qualificação profissional têm salários maiores do que aquelas que não têm um certificado”.

# Dados Estatísticos do PRONATEC

## Censo Escolar, 2014-2015:

- queda nas matrículas da educação profissional de nível técnico: 1.886.167 para 1.826.289
- EJA, houve crescimento da integração no nível fundamental, passando de 2,5% para 7,7%
- nível médio houve queda de 3,3% para 3% no mesmo período

# Dados Estatísticos do PRONATEC

## Educação profissional técnica de nível médio – Matrículas\*

	<b>Total</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>
<b>1999</b>	716.652	101.001	265.772	37.150	312.729
<b>2003</b>	589.383	79.484	165.266	19.648	324.986
<b>2005</b>	747.892	89.114	26.317	25.028	427.433
<b>2011</b>	1.251.720	189.988	447.648	32.399	587.143
<b>2013</b>	1.441.051	228.417	491.128	30.130	691.376
<b>2016</b>	1.775.078	342.459	660.946	30.023	741.650

Fonte: Censo Escolar/MEC. \* Matrículas integradas, concomitantes e subsequentes.



## INICIATIVAS (AÇÕES) DO PRONATEC

- **Expansão da Rede Federal** – criar novas unidades e ampliar IF e escolas
- **Brasil Profissionalizado** – construção, reforma e ampliação das redes estaduais de ensino profissional e técnico
- **Acordo de gratuidade do Sistema “S”** - ampliação da aplicação dos recursos do Sistema S, recebidos da contribuição compulsória, em vagas gratuitas.
- **Bolsa-Formação** - Expansão da oferta de cursos técnicos e FIC, utilizando a infraestrutura das unidades de ensino existentes.
- **E-Tec** - Oferta de cursos a distância para alcançar públicos não atendidos por unidades de ensino presencial.

# LINHAS DE AÇÕES (SOCIAL) DO PRONATEC

- **Pronatec Prisional:** lançado em 2013 para oferecer vagas em cursos profissionalizantes para as pessoas presas em todos os regimes – fechado, semiaberto e aberto, além de egressos do sistema prisional e pessoas em cumprimento de alternativas penais. Atende às demandas de unidades prisionais, secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres, sob coordenação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, e do MEC.

Possui ainda as modalidades: **Pronatec Bolsa Verde-Extrativismo**, voltada para extrativistas e comunidades tradicionais que vivem em territórios atendidos pelo Programa Bolsa Verde e extrativistas que vivem em Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral; e **Pronatec Catador**, voltado para a ampliação da oferta da qualificação profissional e tecnológica de catadores de materiais recicláveis, devidamente cadastrados, preferencialmente beneficiários do Bolsa Família.
- **Pronatec Ambiental:** sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com o fim de “apoiar cadeias produtivas sustentáveis e atender ao mercado de trabalho específico da área ambiental”.
- **Pronatec Mulheres Mil:** decorrente de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o MEC, voltado à ampliação da oferta de qualificação profissional às mulheres pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família, por meio da articulação de programa preexistente do MDS (Mulheres Mil).
- **Pronatec Campo:** voltado para a inclusão social de jovens e trabalhadores do campo, de acordo com os arranjos produtivos rurais de cada região.

# Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

## Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

Orçamento Fiscal e da Seguridade da União - Em R\$ 1

Ano (1)	Autorizado	Empenhado	Pago (a)	RAP Pago (b)	Total Pago (c = a+b)
2011	460.530.000	442.183.010	208.261.705	0	208.261.705
2012	1.251.383.804	1.124.697.899	1.115.205.201	210.654.229	1.325.859.430
2013	4.132.191.076	3.700.115.114	2.761.299.041	0	2.761.299.041
2014	4.893.237.069	4.385.062.932	3.788.725.618	569.648.781	4.358.374.399
2015	4.679.427.959	3.981.673.187	2.585.605.842	534.399.283	3.120.005.124
2016	2.153.655.090	1.994.572.908	1.365.626.519	1.179.970.441	2.545.596.960
2017	581.989.456	462.167.284	283.160.683	426.110.870	709.271.554
2018	235.918.612	138.746.630	102.920.097	248.462.338	351.382.435
<b>Total</b>	<b>18.388.333.066</b>	<b>16.229.218.964</b>	<b>12.210.804.706</b>	<b>3.169.245.942</b>	<b>15.380.050.648</b>

Fonte: SIOP Gerencial - LOA - Execução Orçamentária e RAP. Dados extraídos em 21/11/2018, às 12:48

(1) Para 2011 e 2012, as informações foram obtidas a partir do plano interno (classificação que não consta da lei orçamentária)

A partir de 2013, as informações foram obtidas a partir do plano orçamentário (classificação que não consta da lei orçamentária)

Para 2018, os dados se referem até 21/11/2018, às 12:48

# Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

**Tabela 4: Pronatec – valores pagos por modalidade de aplicação e tipo de instituição recebedora**

*Orçamento Fiscal e da Seguridade – Em R\$ 1,00*

Ano	Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos	Aplicações diretas <sup>4/</sup>	Entidades mantenedoras (instituições Privadas) <sup>1/</sup>	Transferência a Estados e ao DF	Transferência a Municípios
2011 <sup>1/</sup>	208.261.705	0	0	0	0
2012	1.241.426.564	0	0	92.648.000	0
2013 <sup>2/</sup>	2.065.021.070	384.785.284	51.681.164	241.407.195	14.681.000
2014	2.581.208.152	1.006.867.021	644.920.317	104.847.363	5.493.650
2015	1.321.393.229	742.565.752	931.691.314	97.946.084	16.704.815
2016	737.999.990	587.719.640	485.096.160	667.356.836	57.631.695
2017 <sup>3/</sup>	57.000.000	360.844.206	65.291.573	21.712	1.161.580

Fonte: Siga Brasil; leis orçamentárias anuais; e SIGEF/FNDE.

<sup>1/</sup> Para 2011 e 2012, e para as entidades mantenedoras, as informações foram obtidas no Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) do FNDE.

<sup>2/</sup> A partir de 2013, as informações foram obtidas a partir do plano orçamentário (classificação que não consta da lei orçamentária).

<sup>3/</sup> Informações atualizadas até 30 de setembro de 2017.

<sup>4/</sup> Valores já deduzidos daqueles destinados às entidades mantenedoras.

# Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

Valores em R\$ milhões

PRONATEC (tipo de gasto)	Pago+RAP Pago 2011	Pago+RAP Pago 2012	Pago+RAP Pago 2013	Pago+RAP Pago 2014	Pago+RAP Pago 2015	Pago+RAP Pago 2016	Pago+RAP Pago 2017	Pago+RAP Pago 2018
Bolsa-Formação (1)			2.596	3.639	2.491	2.055	355	229
Oferta de Curso na Modalidade à Distância (2)			18	36	22	3	0	0
Reestruturação Física - Rede Pública Federal (3)			134	593	573	447	332	116
Reestruturação Física - Rede Pública Não-Federal (4)			13	90	34	41	22	6
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>208</b>	<b>1.326</b>	<b>2.761</b>	<b>4.358</b>	<b>3.120</b>	<b>2.546</b>	<b>709</b>	<b>351</b>

Elaboração: Conof/Cd Fonte: Siop Valores de execução até 21/11/2018 Por Plano Orçamentário Pronatec

(1) Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica

(2) Ação 8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância (PO Pronatec)

(3) Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (PO Pronatec)

(4) Ação 8652 - Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PO Pronatec)

OBS: Os dados obtidos para 2011 e 2012 não constavam por Plano Orçamentário, por isso foram informados apenas pelo total.

# Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

**Tabela 6: Investimentos e indicadores Pronatec - 2011 a 2016**

Iniciativa	Matrículas	Investimentos (Em R\$)
Acordo de Gratuidade	3.252.767	18,7 bi
Brasil Profissionalizado	537.032	1,3 bi
Bolsa-formação (Técnico e FIC)	4.657.583	11,3 bi
E-Tec	423.106	700 mi
Expansão da Rede Federal (Técnico e FIC)	857.373	6,5 bi
<b>Total</b>	<b>9.727.861</b>	<b>38,5 bi</b>

Fonte: SIMEC (\* Data da apuração do indicador: 31/12/2016). O indicador utilizado foi “matrículas efetivadas”, tendo em vista não haver no sistema o indicador de vagas para todas as iniciativas do programa. Considera-se que cada matrícula efetivada em um momento anterior foi uma vaga oferecida.

# Execução Orçamentária e Financeira do PRONATEC

**Tabela 5: Pronatec – instituições privadas sem fins lucrativos que receberam recursos**

*Orçamento Fiscal e da Seguridade – Em R\$ 1,00*

Ano	SENAI	SENAC	SENAT	SENAR
2011 <sup>1/</sup>	125.517.511	82.744.193	0	0
2012	807.426.331	383.179.733	12.530.200	38.290.300
2013 <sup>2/</sup>	1.161.133.060	719.096.760	127.769.060	57.022.190
2014	1.553.903.802	836.137.030	120.953.790	70.213.530
2015	823.000.000	430.000.000	30.000.000	38.393.229
2016	540.606.810	149.393.180	3.000.000	45.000.000
2017 <sup>3/</sup>	30.000.000	27.000.000	0	0

Fonte: Siga Brasil; leis orçamentárias anuais; e SIGEF/FNDE.

<sup>1/</sup> Para 2011 e 2012, as informações foram obtidas no Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) do FNDE.

<sup>2/</sup> A partir de 2013, as informações foram obtidas a partir do plano orçamentário (classificação que não consta da lei orçamentária).

<sup>3/</sup> Informações atualizadas até 30 de setembro de 2017.

# Número de matrículas contabilizadas em duplicidade no Acordo de Gratuidade e no Pronatec Bolsa-Formação, por Ofertante - 2012



Fonte: Sistec (Referência ano de 2012)



# Gratuidade no âmbito do Sistema S

Relatório TCU nº 028.956/2011-7, Acórdão nº 2527/2012, a gratuidade no âmbito do Sistema S não passa de 15% em média e a oferta total de cursos na maioria das entidades ou se manteve estável ou caiu no período de 2008 a 2011, enquanto as receitas cresceram.

Ataides (2014) com base no referido Acórdão do TCU, observa-se que:

- a) **Senai**, os cursos gratuitos passaram de 11,7% em 2008 para 46,4% em 2011. Ou seja, 53,6% dos cursos eram pagos pelos trabalhadores em 2011. No entanto, a oferta total de cursos técnicos cresceu apenas 2% nesse período.
  
- b) **Senac**, os cursos gratuitos passaram de 15,3% em 2008 para 25,0% em 2011. Ou seja, 75% dos cursos ainda eram pagos pelos trabalhadores em 2011. No entanto, ocorreu uma queda de 27% na oferta total de cursos.

Oliveira, Ataídes. Caixa-preta do Sistema S : mais de R\$15 bilhões/ano em dinheiro público. Senado Federal, 2014.

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/513503> <sup>73</sup>

# Oferta Matrículas PRONATEC – Bolsa-Formação

Ofertante/Exercício	2011	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Rede Federal	1.338	91.965	244.197	282.113	57.848	36.176	713.637
Redes Estaduais	0	33.420	84.568	95.701	35.998	25.157	274.844
Instituições Municipais	0	0	1.036	3.131	1.089	130	5.386
SENAC	9.885	211.218	428.092	406.950	37.360	149	1.093.654
SENAI	11.935	310.978	621.338	605.905	89.293	23.440	1.662.889
SENAR	0	23.610	43.415	59.718	23.721	0	150.464
SENAT	0	6.252	89.266	100.658	1.249	0	197.425
Escolas Técnicas Privadas	0	0	27.578	128.540	29.016	0	185.134
IES Privadas	0	0	119.876	238.987	17.013	0	375.876
<b>TOTAL</b>	<b>23.158</b>	<b>677.443</b>	<b>1.659.366</b>	<b>1.921.703</b>	<b>292.587</b>	<b>85.052</b>	<b>4.659.309</b>

Fonte: Ofício nº 45/2017/GAB/SETEC/SETEC-MEC, de 09 de fevereiro de 2017, dados de 30/01/2017

Relatório de Avaliação nº 79 da CGU

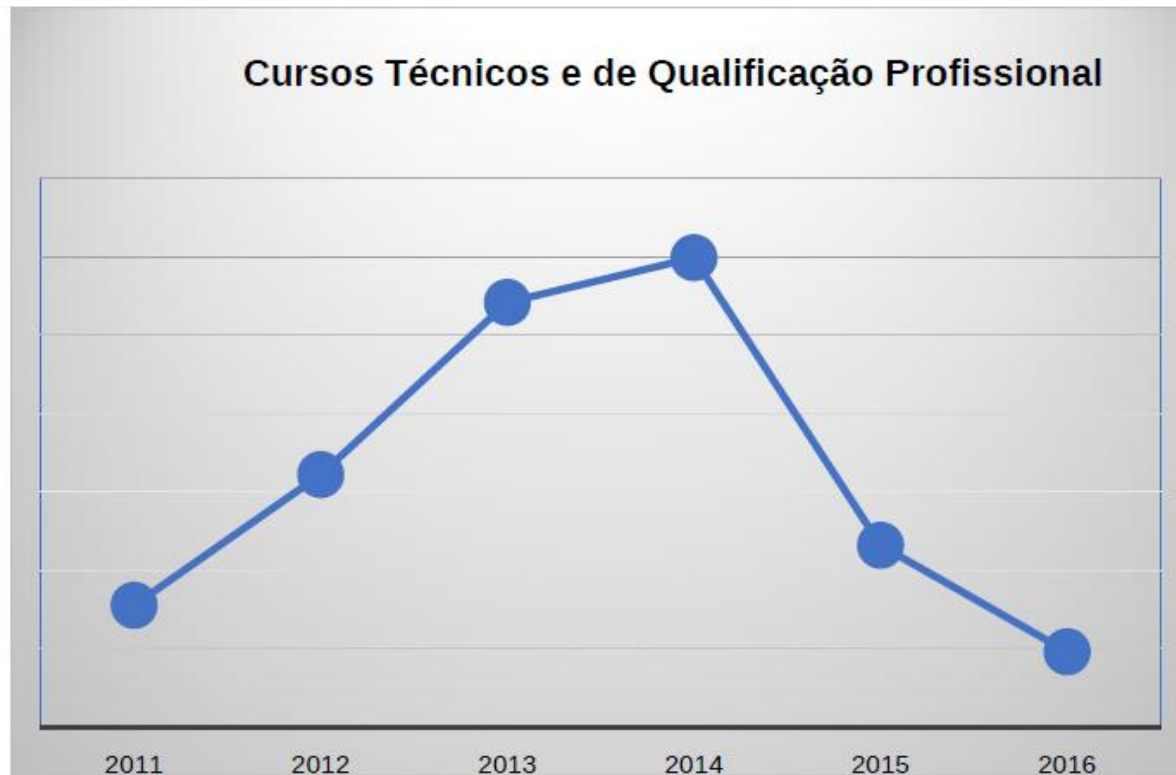
**Quadro 4: Matrículas por modalidades do Pronatec MDS**

<b>Modalidade</b>	<b>Número Absoluto (2012-2015)</b>	<b>Percentual</b>
Brasil Sem Miséria	1.796.932	97,06%
Pronatec Mulheres Mil	50.167	2,71%
Pronatec Vira Vida	2.366	0,13%
Sistema Socioeducativo	1557	0,08%
Ambiental	272	0,01%
<b>Total</b>	<b>1.851.294</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Sistec/MEC – Janeiro de 2016.

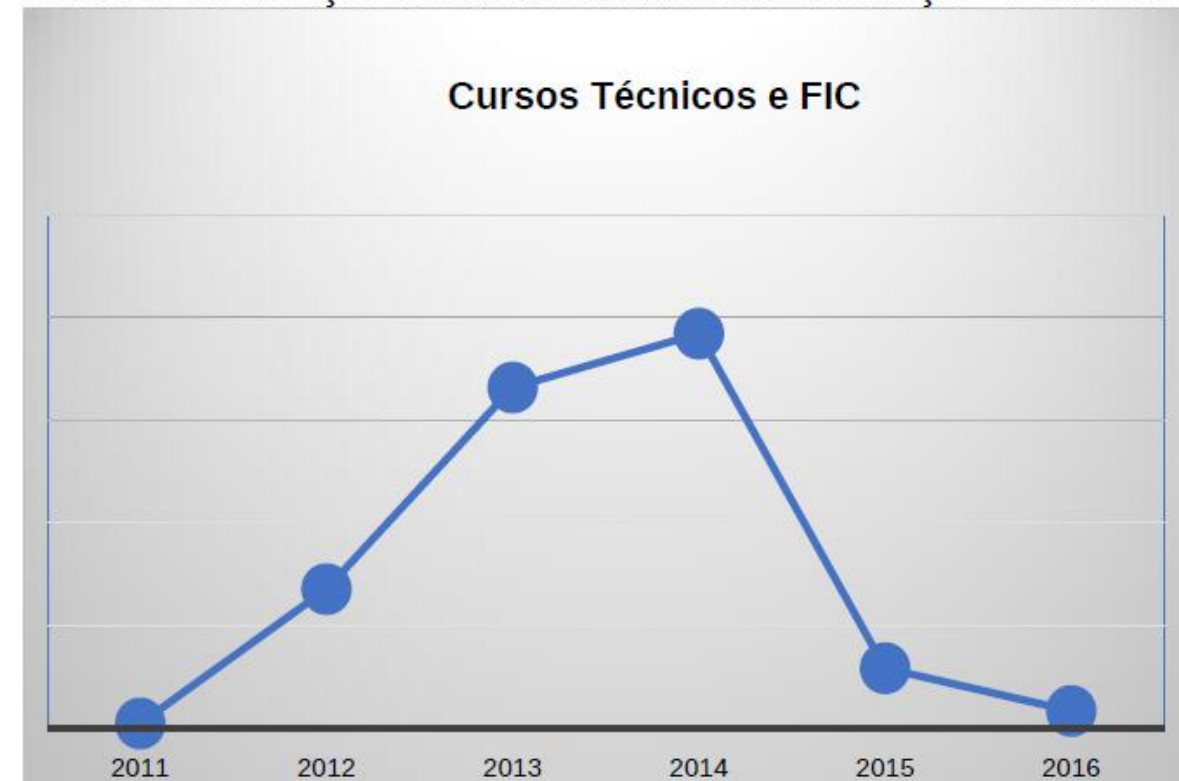
# Demanda e Matrículas PRONATEC

Gráfico 3: Evolução das Matrículas no Pronatec 2011 – 2016\*



Fonte: Setec/MEC, até set/2017. \* 30% em cursos técnicos, 70% em cursos de qualificação.

Gráfico 4: Evolução das matrículas na Bolsa Formação – 2011-2016



Fonte: Setec/MEC.

# MATRÍCULAS NO PRONATEC (site do MEC)

Cursos Técnicos	2011	2012	2013	2014	Total
Bolsa-Formação	9.415 <b>0</b>	99.149 <b>119.504</b>	151.313 <b>272.965</b>	151.313	411.190 <b>392.469</b>
Brasil Profissionalizado	33.295 <b>82.823</b>	90.563 <b>79.770</b>	172.321 <b>70.355</b>	233.781	529.960 <b>232.948</b>
E-TEC	74.000 <b>75.364</b>	150.000 <b>134.121</b>	200.000 <b>137.012</b>	250.000	674.000 <b>346.717</b>
Acordo Sistema S	56.416 <b>85.357</b>	76.119 <b>102.807</b>	110.545 <b>122.807</b>	161.389	404.469 <b>310.971</b>
Rede Federal de EPCT	72.000 <b>117.671</b>	79.560 <b>118.675</b>	90.360 <b>112.564</b>	101.160	343.080 <b>348.910</b>
<b>Cursos FIC</b>					
Bolsa-Formação	226.421 <b>23.633</b>	590.937 <b>565.545</b>	743.717 <b>1.190.067</b>	1.013.027	2.574.102 <b>1.779.245</b>
Acordo Sistema S	421.723 <b>582.931</b>	570.020 <b>733.223</b>	821.965 <b>724.259</b>	1.194.266	3.007.974 <b>2.040.413</b>
	<b>967.779</b>	<b>1.853.645</b>	<b>2.630.029</b>		<b>5.451.453</b>

# MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PRONATEC (site do MEC)

**Bolsa-Formação**  
Municípios  
Atendidos  
**3.355 (60%)**

Atendimento de  
municípios por  
região:

- Norte **(81%)**
- Nordeste **(49%)**
- Sudeste **(53%)**
- Sul **(68%)**
- Centro-Oeste **(91%)**



# MAIORES OFERTAS DO PRONATEC (site do MEC)

Cursos Técnicos	SEGURANÇA DO TRABALHO	26.159
	ADMINISTRAÇÃO	25.714
	INFORMÁTICA	21.364
	MECÂNICA	15.554
	ELETROTÉCNICA	12.196
	CONTABILIDADE	12.077
	LOGÍSTICA	10.433
	ENFERMAGEM	7.044
	ELETROMECCÂNICA	6.401
	EDIFICAÇÕES	5.696
	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	5.497
	RECURSOS HUMANOS	4.185
ELETRÔNICA	4.134	

Cursos FIC	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	222.656
	OPERADOR DE COMPUTADOR	137.877
	ELETR. INSTAL DE BAIXA TENSÃO	55.214
	RECEPCIONISTA	41.352
	INGLÊS BÁSICO	38.981
	AUXILIAR RECURSOS HUMANOS	33.944
	AUXILIAR DE PESSOAL	33.288
	COSTUREIRO	32.954
	MONT. E REP. DE COMPUTADORES	30.925
	ALMOXARIFE	30.829
	MANICURE E PEDICURE	29.069
	VENDEDOR	26.548
PEDREIRO DE ALVENARIA	25.605	

# Obrigado !

**Localização:** Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 116, ala B

**E-mail:** [ricardo.volpe@camara.leg.br](mailto:ricardo.volpe@camara.leg.br)

**Fone:** 3216-5170